

## **Gênero e Desigualdade: a divisão sexual do trabalho e a atuação da mulher na vida pública**

*Género y Desigualdad: la división sexual del trabajo y el papel de la mujer en la vida pública*

*Gender and Inequality: the sexual division of labor and women's role in public life*

**Erica Patrícia Martel Pereira**

**Ana Cristina de Paula Maués Soares**

**David Junior de Souza Silva**

**Resumo:** O objetivo deste trabalho é propor uma reflexão acerca da realidade que as mulheres enfrentam ao buscarem o mercado de trabalho, levando em conta o efeito da dupla jornada vivenciada por elas, e como isso as afeta no quesito tempo/liberdade. Para isso, buscamos um diálogo com dez funcionárias terceirizadas responsáveis pelo cuidado e limpeza do espaço de uma instituição pública, traçando, através deste diálogo, uma linha de conexão com as teorias discutidas ao longo do texto, para compreender as desigualdades e relações de gênero no ambiente de trabalho. Como metodologia, utilizamos um modelo de pesquisa técnica quali-quantitativo, com aplicação de questionários e realização de entrevistas individuais. Foi possível compreender que as demandas que envolvem a luta das mulheres por igualdade na esfera pública e oportunidades laborais justas têm como um de seus principais obstáculos a limitação da liberdade e autonomia das mulheres no espaço privado.

**Palavras Chave:** Feminismo. Trabalho Doméstico. Patriarcado. Cidadania Feminina.

**Resumen:** El objetivo de este trabajo es proponer una reflexión sobre la realidad que enfrentan las mujeres al buscar el mercado laboral, teniendo en cuenta el efecto del doble viaje que experimentan, y cómo éste les afecta en términos de tiempo / libertad. Para ello, busqué un diálogo con diez empleados subcontratados responsables del cuidado y la limpieza de una institución pública, trazando a través de su respuesta una línea de conexión con las teorías discutidas a lo largo del texto, para comprender las desigualdades y las relaciones de género en el entorno laboral. Como metodología se utilizó un modelo de investigación técnica cualitativa y cuantitativa, con la aplicación de cuestionarios y entrevistas individuales. Se pudo comprender que las reivindicaciones que implican la lucha de las mujeres por la igualdad en la esfera pública y las oportunidades laborales justas tienen como una de sus principales limitaciones la libertad y la autonomía de las mujeres en el espacio privado.

**Palabras Claves:** Feminismo. Trabajo Doméstico. Patriarcado. Ciudadanía Femenina.

**Abstract:** The objective of this paper is to propose a reflection about the reality that women face when seeking the labor market, taking into account the effect of the double journey experienced by them, and how this affects them in terms of time / freedom. To this end, we sought a dialogue with ten outsourced employees responsible for the care and cleaning of the space of a public institution, drawing through this dialogue a line of connection with the theories discussed throughout the text, to understand the inequalities and gender relations in the workplace. As methodology we used a quali-quantitative technical research model, with application of questionnaires and individual interviews. It was possible to understand that the demands involving women's struggle for equality in the public sphere and fair labor opportunities have as one of their main obstacles the limitation of women's freedom and autonomy in the private space.

**Key-words:** Feminism. Domestic Work. Patriarchy. Female Citizenship.

**Erica Patrícia Martel Pereira** – Bacharela em Ciências Sociais (2019) pela Universidade Federal do Amapá – UNIFAP. E-mail: [emartel4@gmail.com](mailto:emartel4@gmail.com)

**Ana Cristina de Paula Maués Soares** – Docente do Departamento de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Federal do Amapá – DFCH/UNIFAP. E-mail: [crisgepem2@gmail.com](mailto:crisgepem2@gmail.com)

**David Junor de Souza Silva** – Docente do Departamento de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Federal do Amapá – DFCH/UNIFAP. E-mail: [davi\\_rosendo@live.com](mailto:davi_rosendo@live.com)

## INTRODUÇÃO

Este trabalho tem como objetivo trazer uma reflexão acerca da participação das mulheres no mercado de trabalho e entender como as limitações do espaço privado prejudicam a vida pública destas mulheres.

Temos como problema teórico a compreensão sobre de que modo se estrutura a relação entre o público e privado em um recorte de gênero, com enfoque sobre a influência das características do segundo sobre a realidade do primeiro na vida das mulheres.

O problema empírico é a investigação das experiências das mulheres no mercado de trabalho, e como elas percebem as relações entre o espaço privado e o espaço público de suas vidas. A reflexão foi realizada a partir das narrativas das mulheres sobre aspectos de sua vida familiar e profissional.

A justificativa teórica para o trabalho é a defesa da necessidade de se levar em consideração, nos âmbitos científico e político, o espaço privado, a vida doméstica e as relações familiares, devendo este e suas características serem levados em conta nas discussões de nossa esfera pública, nos termos dos ideais da democracia e da cidadania.

O problema a ser discutido, pois, são as desigualdades e relações de gênero no ambiente de trabalho. Para isso, realizamos um diálogo com as trabalhadoras terceirizadas responsáveis pela limpeza do espaço físico de uma instituição pública. Como metodologia, foi utilizado um formato de pesquisa quali-quantitativo, com a aplicação de questionários e realização de entrevistas individuais com perguntas que visam conhecer a faixa etária, escolaridade, tempo no mercado de trabalho e o dia a dia destas trabalhadoras.

Está em pauta compreender as relações entre suas realidades familiares e profissionais, por meio dos quadros da divisão sexual do trabalho, compreendendo as implicações destas relações em suas rotinas e em como afetam o tempo destas mulheres.

Para iniciar esta tarefa, propomos partir do conceito de domesticidade. Santos (2011) formula o conceito de domesticidade para se referir à forma como a sociedade patriarcal restringe as mulheres, seu campo de ação e subjetividade, ao espaço da casa. A autora analisa esta questão nas diferenças de gênero nas sociedades dos anos 1950 e 1960, onde havia uma forte e insistente identificação imposta das mulheres com o espaço privado e com as práticas de consumo voltadas ao lar, deixando a atividade produtiva e a vida pública a cargo dos “homens da casa”. Percebe-se que esse pensamento não mudou tanto nos tempos atuais, pois em muitos lares as mulheres ainda são rotuladas como “do lar” e fadadas ao consumo passivo, enquanto que os homens continuam incessantemente em busca de suas carreiras profissionais sem precisar abdicar de algo em suas vidas para tais conquistas. A domesticidade, assim, é um efeito de poder de gênero que impõe a restrição da vida da mulher ao lar e a proibição a esta da vida pública.

Desta forma, a domesticidade pode ser compreendida como um conjunto formador de normas e práticas que geram relações de poder, estruturando e legitimando a divisão sexual do trabalho. Não somente a dimensão da domesticidade como proibição da ação da mulher na vida pública impede ou dificulta sua inserção em termos de igualdade com os homens no mercado de trabalho. A imposta exclusividade de responsabilidade sobre a realização de todo o trabalho doméstico às mulheres é também um importante fator que afeta o acesso das mulheres à esfera pública. Isso porque as mulheres são obrigadas a usar mais da metade de seu tempo em atividades do lar – pelo que têm menos tempo para investir em seus objetivos profissionais, educacionais e também em lazer.

## 1. Público X Privado: relações de gênero

A discussão sobre as características e significados de “público/privado” vem há muito tempo se referindo a Estado e Sociedade, centrado em diálogos econômicos. Mas, para este artigo, busco o que Susan Okin trata em seu trabalho: “Gênero, público e o privado” (2008), dando a este termo a conotação de vida privada e vida pública, significando o espaço doméstico e o não-doméstico.

A reflexão sobre vida pública e vida privada aqui é necessária para assentar as bases pelas quais poderemos compreender como, para as mulheres, suas relações no espaço doméstico interferem em suas buscas e objetivos de obter uma carreira profissional, ou seja, de realização no espaço não-doméstico.

Okin afirma que a divisão sexual do trabalho tem total influência em como os homens estão inseridos em suas ocupações no espaço público e principalmente em como isso afeta a rotina da mulher, que é vista como responsável pelo lar e pela reprodução. Nas palavras da autora, as “mulheres têm sido vistas como ‘naturalmente’ inadequadas à esfera pública, dependentes dos homens e subordinadas à família.” (OKIN, 2008, p. 308).

Esse pensamento deve ser questionado e ser levado em pauta, pois a mulher tem sim capacidade de estar nesses espaços e de conquistar seus objetivos. Assim como a autora, também vejo uma grande ausência da discussão sobre a dicotomia público/doméstico, e que há uma certa indiferença em tratar das desigualdades de gênero nesses espaços.

A divisão sexual do trabalho soma-se ao binômio raça/classe na limitação da ocupação pelas mulheres de posições no espaço econômico, político e social. No texto de Maria Aparecida Bento, “A mulher negra no mercado de trabalho” (1995), a autora demonstra dados que apontam atuação da mulher negra majoritariamente em atividades de trabalho manual e doméstico.

A amostra de mulheres negras em nossa pesquisa igualmente confirma esta afirmação. A maior parte de nossas entrevistadas (60%) iniciou sua vida profissional precocemente entre os 6 e 10 anos – geralmente como doméstica [...] (BENTO 1995, p.485)

O tempo é atingido de uma maneira específica, a qual precisamos abordar como fenômeno autônomo cientificamente. A divisão sexual do trabalho e a domesticidade impõe tarefas intermináveis à mulher, capturando todo seu tempo. Este é outro fator, não dissociado do primeiro, que converge para obstruir a inserção feminina na vida pública.

A divisão sexual do trabalho continua mesmo quando a mulher está já na esfera pública, em que a ela são designadas tarefas semelhantes às do lar, de limpeza, cuidado e manutenção; tarefas às quais a mesma cultura patriarcal atribui menos valor ou importância e remunera com valores econômicos bem menores também.

A lógica patriarcal é caracterizada por Weber como um tipo de dominação tradicionalmente legítima, significando um sistema de normas guiado pela tradição, tendo sua essência na piedade pessoal e sua origem na autoridade do chefe da comunidade doméstica. A definição clássica weberiana ressalta que dominação se apoia na caráter cotidiano, em regras seculares e tidas como sagradas, tendo na tradição e na pessoa do senhor a base da autoridade patriarcal, sendo “uma associação, na maioria das vezes fundamentalmente econômica e familiar, a dominação é exercida (normalmente) por uma só pessoa, de acordo com determinadas regras hereditárias fixas.” (WEBER, 1964; p.184).

Para Machado (2000, p. 04), o patriarcado “remete, em geral a um sentido fixo, uma estrutura fixa que imediatamente aponta para o exercício e presença da dominação masculina”. Esta dominação é milenar, emergindo ainda nas primeiras sociedades, mas foi sobrevivendo às mudanças que aconteceram ao longo da história da humanidade e se adaptaram perfeitamente ao mundo contemporâneo, tanto que Machado (2000, p. 03) fala em “patriarcado contemporâneo”, referindo-se ao estágio atual desse tipo de dominação que, embora tenha sofrido modificações ao longo da história, ainda apresenta princípios tradicionais como: heterossexualidade compulsória, exploração potencial reprodutivo e sexual das mulheres, exploração dos trabalhos das mulheres, dentre outras características.

Na fala de uma das entrevistadas<sup>1</sup> foi possível perceber traço da lógica patriarcal relacionado ao papel do homem e ao papel da mulher na família, onde o homem fica responsável por governar, cultivar e proteger e a mulher de cuidar e auxiliar:

Meu ex-marido não aceitava de forma alguma que eu trabalhasse também, e sempre dizia que eu deveria me preocupar em cuidar da casa e dos nossos filhos. (I, 40 anos)

Se formos analisar essa divisão sexual do trabalho, é nítido que as mulheres têm muito mais trabalhos acumulados e que ‘precisam’ ser executados todos os dias, sem deixar nada para depois; já o homem se restringe a buscar o sustento, trabalho realizado num local determinado e por um período determinado. Se todas essas tarefas fossem repensadas e igualmente repartidas entre os responsáveis do lar, não haveria um tempo justo e não negligente com as mulheres? Será que, assim, elas não teriam seu espaço, seus momentos para conquistar seus sonhos guardados que tiveram que deixar de lado para que seus maridos fossem em busca dos seus?

Para Hirata e Kergoat (2007, p. 590) a divisão sexual do trabalho é:

a forma de divisão do trabalho social decorrente das relações sociais entre os sexos; mais do que isso, é um fator prioritário para a sobrevivência da relação social entre os sexos. Essa forma é modulada histórica e socialmente. Tem como características a designação prioritária dos homens à esfera produtiva e das mulheres à esfera reprodutiva e, simultaneamente, a apropriação pelos homens das funções com maior valor social adicionado (políticos, religiosos, militares etc.).

A divisão sexual do trabalho caracteriza-se pelas distinções entre as funções femininas e masculinas e o processo hierárquico que desqualifica as tarefas femininas, situações que “se sustentam à conta de uma ideologia naturalista que “rebaixa o gênero ao sexo biológico” (MANESCHY, 2013: 2010).

Essa é uma questão que buscarei compreender no próximo tópico deste trabalho. Através das conversas realizadas com as trabalhadoras, foi possível entender essas rotinas e observar como essa divisão de trabalhos afeta concretamente as possibilidades de vida de cada uma. A entrevistada S. contou que já desistiu de muitos empregos por não ter com quem deixar seus filhos, ou por não ter tempo de organizar as tarefas de casa:

Já perdi muita oportunidade boa por esse problema que com certeza não é só eu que enfrento, hoje estou trabalhando aqui mas meu pensamento tá em casa,

<sup>1</sup> Para garantir o anonimato das entrevistadas no texto, vamos nos referir a cada uma delas por letras diferentes, e que não correspondem a nenhuma das iniciais de seus nomes.

minha irmã fica com meus 2 filhos, mas me sinto mal porque ela também quer ter tempo de estudar e trabalhar, mas preciso da ajuda dela. (S., 35 anos)

A dupla jornada afeta as mulheres de duas formas: ou elas conseguem alguém para realizar as tarefas que elas não podem no momento (sempre outras mulheres), ou elas enfrentam a escolha de abdicar do seu trabalho – acontecendo exatamente o que a fala descrita acima relata.

Vale ressaltar que público e privado tem suas diversas características e questões onde são inseridos, e neste trabalho – como já colocado – trago a esfera privada como o espaço doméstico, colocando em pauta a “privacidade” dessas mulheres. Assim como Okin, questionamos: “(...) em que medida elas têm a possibilidade de encontrar privacidade na esfera doméstica, em uma sociedade estruturada pelo gênero?” (OKIN, 2008, p.324). Assim como os homens, as mulheres também possuem suas necessidades íntimas, também precisam ter seus momentos onde não são as “mães”, “esposas”, “donas de casa”, para exercitar suas mentes, expandir suas capacidades, seus talentos.

Para Scott (1990: 84), gênero são relações de poder, significando uma ideia hierarquizada sobre as diferenças sexuais, “o gênero é uma forma primária de dar significado às relações de poder. Seria melhor dizer: o gênero é um campo primário no interior do qual, ou por meio do qual, o poder é articulado”. Scott reconhece as diferenças dos corpos de machos e fêmeas (corpos sexuados), no entanto, questiona as formas hierarquizadas como se constroem os significados culturais para os corpos sexuados, sendo criada assimetrias e desigualdades entre homens e mulheres e relações de dominação/subordinação entre os sexos.

Quando nos referimos à categoria gênero neste questionamento é para que seja possível perceber que há um vácuo não preenchido, não explorado sobre a privacidade das mulheres, e observar até que ponto elas têm a possibilidade de dedicar atenção a si mesmas, dentro do espaço doméstico, sem precisar abdicar seus empregos, sua vida pública. Os homens, ao contrário, não são questionados e pressionados se precisam estar sempre fora de suas casas por estarem dedicando tanto tempo a seus trabalhos, enquanto as mulheres o são.

Sendo assim, a divisão sexual do trabalho afeta as mulheres como um todo, seja em seus lares – quando as tarefas não são divididas igualmente entre o homem e a mulher da casa, deixando a seu cargo todas as responsabilidades da domesticidade, tornando o homem livre para se preocupar apenas com sua vida pública –, seja no ambiente de trabalho – quando as atividades atribuídas a elas são rotuladas como “naturalmente femininas”, e são isoladas de tarefas consideradas masculinas. Relacionado a isso, trazemos o relato da entrevistada B., em que ela conta que, no seu primeiro emprego de carteira assinada, enfrentou muito preconceito, por ser mulher, por ser negra, e por ser jovem:

Meu primeiro emprego de carteira assinada foi quando eu tinha 20 anos, num escritório de uma construtora, comecei como assistente, e fazia atividades como atender telefone, arquivar documentos e servir café quando me pediam. Me dediquei, mostrei serviço, queria que soubessem que podiam confiar no meu trabalho, mas quando houve oportunidade de promoção me disseram que eu não podia me candidatar porque eu não ia “dar conta do serviço”. (B., 36 anos)

Contudo, a divisão sexual do trabalho não afeta todas as mulheres da mesma forma – tanto no acesso ao trabalho remunerado quanto no espaço doméstico. A autora Flávia Biroli, em seu

livro “Gênero e desigualdades: limites da democracia no Brasil”, aponta que há diferentes consequências entre os grupos de mulheres, trazendo à tona, ainda, os lares que são liderados por mulheres: “vale observar que mais da metade dos domicílios chefiados por mulheres tem à frente mulheres negras” (BIROLI 2018, p.40).

Esses fatos devem ser compreendidos em seus significados reais: há ainda em nossa sociedade diversas instituições culturais e sociais que limitam a liberdade das mulheres. Desta forma, são essas relações da esfera privada que devem ser revisadas para que haja um espaço privado que proporcione igualdade e equidade entre mulheres de diferentes classes sociais, e entre mulheres e homens. Além disso, é necessário que esse espaço também permita que essas mulheres, independentemente de classe e raça, possam usufruir das mesmas oportunidades e decidir como usarão seu tempo, sem que sejam pressionadas a desistir de algo.

## 2. Trabalho Remunerado e Trabalho Doméstico

A falta de tempo no cotidiano das mulheres é um dos principais desafios que dificultam o acesso ao trabalho remunerado como também a permanência no mesmo. Uma pesquisa feita no ano de 2012, com 800 mulheres dentro de 9 capitais brasileiras, apontou que 91% delas dão total importância ao trabalho remunerado, mesmo tendo trabalho em dobro em suas casas.

As múltiplas tarefas entre cuidar do lar, ser mãe e também ser esposa acabam virtualmente zerando o tempo das mulheres, tornando suas rotinas cansativas e levantando um dilema para elas: “parar de trabalhar para cuidar da casa e dos filhos”. Muitas apontaram que não têm ajuda do marido, e que eles mais “atrapalham” do que colaboram. Esse é um problema que não vem diminuindo e nem deixando de ser um dos pontos negativos que impedem que essas mulheres dediquem tempo às suas carreiras.

Outro problema levantado nesta pesquisa é a falta de vagas nas creches e de políticas públicas que atendam a essa demanda, para que haja um amparo e suporte para que elas possam trabalhar/estudar, visto que nem todas as creches funcionam em tempo integral, o que acarreta também em empecilho. Todos esses desencontros acabam diminuindo a autonomia econômica e o tempo dessas trabalhadoras de investirem em seus objetivos profissionais, e também de cuidarem de si mesmas. Sendo urgente, portanto, que as políticas públicas considerem as desigualdades de gênero.

A não consideração dos afazeres domésticos como trabalho silenciou e tornou invisível, por muito tempo, relações assimétricas e de poder entre os sexos. Como as atividades domésticas eram baseadas nos vínculos de casamento e reciprocidades parentais, as relações de subalternidade e opressão entre os sexos ficavam escondidas na cumplicidade familiar, que reserva às mulheres o amor e cuidado à família, e ao homem a provisão financeira. (SOUSA e GUEDES, 2016, p.02)

Esta relação desarmônica entre os gêneros criou a divisão desigual de papéis e posições da mulher e do homem na sociedade. A domesticidade, como instituição cultural que valoriza e normaliza que a mulher seja limitada a funções ligadas ao lar e o homem à produção, enraíza essa divisão e a passa de geração em geração, não permitindo o crescimento e amadurecimento dos conhecimentos que as mulheres podem produzir.

Com isso, quando as mulheres começaram a lutar por seus direitos e por espaço na vida pública, era esperado que isto trouxesse um equilíbrio de alguma forma às funções atribuídas entre homem e mulher. Mas não foi o que aconteceu. A participação da mulher na esfera pública não aconteceu mediante à diminuição da sobrecarga de trabalho doméstico, mas pelo acúmulo do trabalho doméstico com o trabalho não-doméstico para as mulheres que puderam acessar a esfera pública.

Este problema permanece ainda invisibilizado, a divisão sexual do trabalho permanece uma balança que pesa mais para a mulher, levando-a a confrontar-se, não raramente, com o dramático dilema de dedicar-se ou à família ou ao trabalho.

Para as mulheres que possuem um emprego estável e, na luta do dia a dia, conseguem conciliar com os cuidados da casa e dos filhos, há também muitos obstáculos. Por exemplo, quando uma mulher engravida e sai de licença-maternidade, precisa de apoio e suporte para que esteja bem e preparada para voltar ao trabalho; porém, muitas, quando voltam, acabam sendo demitidas, pelo simples fato de terem engravidado. Isso acaba gerando um transtorno enorme, fazendo novamente essa mulher se ver em frente ao pensamento: “cuido do meu filho, ou trabalho?”.

Trazendo à tona as diferenças entre ser mãe e ser pai, o homem, quando tem filho, geralmente não enfrenta os problemas que a mulher enfrenta. Eles, em sua maioria, recebem honras, apoios, enquanto a mulher recebe comentários como: “não vai mais ter tempo”, “não vai conseguir conciliar”, “não vai se concentrar” etc. Enquanto esses pensamentos ultrapassados existirem, enquanto a mulher ainda for vista como “do lar”, nenhuma mudança será alcançada, e a autonomia financeira e liberdade de cuidado pessoal será um sonho distante.

Perissé e Loschi (2019) afirmam que o trabalho feminino, sendo remunerado ou não, é uma grande e importante contribuição para a sociedade, tanto pelo trabalho exercido no mercado quanto o que desde sempre é realizado dentro de casa. Segundo elas, o cuidado no lar e com pessoas pode ser considerado como “outras formas de trabalho”, sendo tão essenciais quanto o trabalho de um médico ou advogado por exemplo, isso porque o trabalho destes profissionais só é possível porque alguém fica com seus filhos, com seus pais idosos, permitindo assim que tenham tempo, ou seja, porque alguém – mormente do gênero feminino – realiza para eles o trabalho do cuidado. No entanto, mesmo quando essas mulheres conseguem com todo seu esforço fazer parte do mercado de trabalho, não deixam em suas vidas a rotina de cuidados e deveres domésticos, a conhecida “dupla jornada”.

“O fenômeno da dupla jornada é considerado um impedimento ao aumento da participação feminina na força de trabalho” (PERISSÉ e LOUCHI, 2019, p.21). As autoras, em seu texto, exemplificam que a média de realização dessas atividades domésticas entre os homens é quase a metade da média feminina – sendo as mulheres em 21 horas semanais e os homens 10,8 horas semanais dedicadas a afazeres domésticos.

A responsabilização social exclusiva da mulher pelo trabalho de cuidar das crianças também impõe dilemas. As mães-solo deparam-se com o dilema: deixar o emprego para cuidar dos filhos, ou trabalhar e contratar outra mulher para estar com seus filhos enquanto vai em busca de sua realização profissional e autonomia financeira. Esta é uma das grandes questões que muitas brasileiras enfrentam há muito tempo e que, até nos dias de hoje, ainda não conquistaram a visibilidade necessária para que se faça políticas públicas voltadas às necessidades das mulheres, e, assim, possam assistência sem que precisem desistir de seus objetivos.

No espaço não-doméstico, a divisão sexual do trabalho se reproduz de maneira renovada. Nele, a domesticidade se converte no estereótipo de profissões que são atribuídas às mulheres,

como: professoras de ensino pré-escolar, cuidadoras de idosos, domésticas, ajudantes de cozinha, especialistas em tratamentos de beleza, vendedoras, etc; e no tabu para as mulheres desempenharem outras determinadas profissões.

Outrossim, mesmo ocupando esses espaços, ao desempenharem as mesmas profissões ou funções que os homens, recebem menores salários; os homens, ao eventualmente exercerem as funções estereotipadas como femininas, obtêm salários maiores.

O salário também varia quando se faz o recorte por gênero: enquanto a média salarial dos 280 mil homens que desempenhavam a função de trabalhador doméstico foi de R\$1.019,61 no último trimestre de 2018, a das mulheres ficou em R\$846,12. (PERISSÉ e LOUCHI, 2019, p.23)

Além de ser atribuído a elas profissões ligadas ao cuidado, o papel da emoção nesse estereótipo também é bastante pertinente. Isso se deve à ideologia de que mulher nasce para ser mãe, logo, está destinada à área do cuidado da casa e de pessoas. Isso porque possuem características atribuídas à emoção: como sensibilidade, compreensão, empatia. Relacionando, desta forma, a mulher à emoção e o homem à razão. Como no caso da entrevistada C., de 30 anos, que conta que no seu antigo emprego era reconhecida como a “chorona”, isso porque, quando havia as reuniões de fim de ano na empresa na qual trabalhava, se emocionava e se permitia sentir, e tornaram isso em um ponto nela, fazendo com que, em qualquer situação de pressão ou que exigisse mais dela, os outros funcionários questionavam se ela “daria conta” ou iria “chorar”:

Ser emotiva me trouxe muitos transtornos, pois todos me viam como a que chora por tudo, tirando de mim minha credibilidade e questionando minhas habilidades de lidar com situações difíceis.

### 3. Realidade das Mulheres no Mercado de Trabalho: análise dos dados

A partir dessas teorias e da pesquisa realizada com as trabalhadoras, foi possível confirmar a realidade que há anos continua a mesma: com poucas mudanças e fracos avanços no que tange à liberdade feminina em não se ver diante do impossível dilema entre cuidar dos filhos ou trabalhar, como já fartamente mencionado.

Em sua maioria, são mulheres entre 30 a 40 anos, mães solteiras e que possuem somente esta fonte de renda. Somente uma ingressou no ensino superior, mas desistiu por motivos financeiros. Quantas mulheres hoje não estão nessa mesma situação? Querer ingressar numa faculdade, ter uma especialização, crescer profissionalmente, porém não possuem apoio social, no espaço doméstico ou em políticas públicas para conquistarem seus objetivos. Precisam abdicar de seus estudos para trabalhar.

Meu sonho é ser psicóloga, iniciei a faculdade, consegui concluir 3 semestres, mas tive que parar por falta de recursos, hoje trabalho aqui mas não tenho tempo para estudar, mas quero muito retomar e concluir minha graduação. (N., 32 anos)

Das dez que participaram da entrevista, sete começaram no trabalho informal como domésticas aos 15 anos de idade. Este é um fato ainda muito recorrente e que precisa ser analisado. Das

mulheres que são casadas, com filhos, todas possuem uma atividade extra para somar renda, como manicure ou diarista. E todas informaram que não possuem suporte em casa, pois precisam contratar outra mulher para cuidar de seus filhos.

O que mais espanta é que todas essas dez mulheres possuem sonhos parecidos, como de empreender e serem donas dos seus horários e, principalmente, do seu tempo. Sobre isto, é importante ressaltar que as mulheres possuem um alto índice de empreendedorismo no Brasil. O *GEM - Global Entrepreneurship Monitor* mostrou, em sua pesquisa no ano de 2016, no entanto, que as principais atividades empreendedoras femininas exercidas são no ramo da beleza e cosméticos, correspondendo a 33,9%, além de serviços como estabelecimentos de comida preparada e *buffet*.

Os dados positivos do GEM não param por aí, as mulheres já correspondem a 51% dos empreendedores iniciais. Essa informação mostra que o aumento da participação feminina no mercado de trabalho também tem se refletido no empreendedorismo. Isso é extremamente positivo para o Brasil, pois as mulheres tendem a investir mais em capacitação e têm mais acesso à informação, o que pode ajudar na construção de empresas mais sólidas e lucrativas. (GEM, 2016, p.15)

Este percentual (51%) é um avanço importante no cenário atual em que vivemos, pois traz a esperança de que as mulheres estão conquistando seus espaços e exercendo funções que a sociedade patriarcal tenta interditar a elas. É preciso quebrar o tabu de pertencimento feminino exclusivo a atividades ligadas ao lar, aos filhos, e aos maridos somente. Todas têm potencial de poder ser o que quiserem, trabalhar no que quiserem, mas, essencialmente, todas têm o direito de decidir se querem ser mães e se querem ser esposas.

A questão de gênero também está inserida nos dados do GEM e demonstra taxas equilibradas entre o percentual de mulheres e homens que investem no setor do empreendedorismo – sendo 19,9% da taxa feminina e 19,2% da taxa masculina–, as mulheres no Brasil ainda são as que empreendem mais, isso em relação à taxa de empreendimentos iniciais. Quanto aos empreendimentos já estabelecidos, a igualdade de gênero retrocede, sendo 19,6% entre os homens e 14,3% para as mulheres.

Isso significa que, mesmo as mulheres estando na mesma proporção com os homens de iniciar um investimento, elas encontram mais dificuldade em manter seus negócios firmes e fazer prosperar. E a causa disso é o que já sabemos: problemas em conciliar as demandas do negócio com a jornada familiar, preconceito, falta de credibilidade por serem mulheres, e dificuldades em conseguir financiamento. Exemplo, a entrevistada L. ficou desempregada por 3 anos, somente o marido trabalhando; ela decidiu começar um negócio, e, com o pouco dinheiro que tinha guardado, abriu um salão de beleza no seu bairro. Como já atendia em domicílio algumas amigas e familiares, decidiu investir. Ela conta:

Quando me vi sem alternativas para ajudar em casa, decidi usar o que sei fazer e investi num salão, no início foi muito bom, comecei a ter bons lucros, mas com o tempo obtive muitas despesas com material, limpeza, ajudantes, e pensei na possibilidade de pedir um empréstimo, mas a todos que recorri me negaram, pois segundo eles eu não tinha condições de ter capital suficiente para arcar com as parcelas, lembro de um gerente de um banco me dizendo que eu não deveria

perder tempo com isso, porque logo logo a “vontade” de ser dona de um negócio ia passar, porque eu não “daria conta” das responsabilidades. (L., 38 anos)

Todos esses entraves sempre estiveram presentes na vida delas, desde o ambiente familiar ao mercado de trabalho, mostrando que ser mulher numa sociedade capitalista e dominada por homens torna essa jornada em busca de liberdade ainda mais difícil e desgastante. Sendo, desta forma, de extrema necessidade que seja analisado possíveis programas de apoio e investimento para mulheres com seus negócios já estabelecidos, mas também as que estão iniciando nesse ramo.

Quando essas mulheres não encontram em seus maridos e/ou filhos um ponto de equilíbrio, é gerado um desgaste físico e emocional muito prejudicial à continuidade de sua força de vontade em manter seus negócios de pé e prosseguir. O papel do marido dentro de um lar não é somente de sair pro trabalho e trazer o “sustento”, mas de apoiar e dividir o tempo com sua esposa entre os afazeres do lar e suas atividades profissionais; se esse tempo fosse dividido de forma igual e houvesse realmente equidade dentro das famílias, problemas como de baixa estima, depressão, infelicidade entre as mulheres não seriam causados.

Em tempo, os problemas profissionais não são enfrentados de forma igual entre as mulheres; há recorte de classe. As mulheres da classe trabalhadora se deparam com o dobro de obstáculos porque não possuem condições de estudar ou trabalhar sem ter com quem deixar seus filhos, e acabam no trabalho doméstico, sendo então funcionárias de mulheres de classe média e classe média alta.

Contudo, outra conclusão emerge nas entrevistas: mulheres que não tem filhos se encontram em posições diferentes, sendo possível ter mais foco no trabalho e mais oportunidades, sofrendo “menos preconceito”. Com isso, é perceptível que, para a mulher se equiparar pelo menos em alguns pontos ao homem casado e com filhos, lhe é imposto, indiretamente, que ela precisa não se casar e não ter filhos. A mulher não deveria ter de optar entre trabalho e família enquanto o homem consegue alcançar sucesso tendo os dois simplesmente pelo fato de que não é esperado dele o mesmo nível de compromisso com a família que se espera da mulher, em outras palavras, porque a divisão sexual do trabalho o desincumbe das tarefas domésticas.

A mulher que busca ser uma líder, além de ter salários mais baixos e menos promoções, em muitas ocasiões, não percebe o preconceito à sua volta. Por não sofrerem sempre um preconceito aberto e explícito, muitas acham que ele só existe com outras pessoas e não entendem certas ações maliciosas que as atinge. Sendo então essencial que haja mais visibilidade quanto às questões e pautas femininas, tanto em relação ao mercado de trabalho, quanto na saúde, educação, segurança, economia, lazer etc.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Dado o exposto, foi possível compreender que determinados obstáculos que envolvem a luta das mulheres por igualdade e oportunidades justas permanecem ainda invisibilizados e pouco pautados na sociedade civil.

A extinção da instituição social da divisão sexual do trabalho deve ser posta em pauta ou a com responsabilidade dos homens pelo espaço privado. Não haverá igualdade de oportunidades no mercado de trabalho para as mulheres enquanto houver sobrecarga de trabalho doméstico para as mulheres, estereotipação de atividades profissionais segundo gênero e desvalorização das funções desempenhadas majoritariamente por mulheres ou atribuídas culturalmente ao gênero feminino.



Mesmo havendo sido criado órgãos que atendam às necessidades das mulheres, como a Secretaria de Políticas para as Mulheres em 2003, a Secretaria de Promoção de Igualdade Racial e a Secretaria Nacional da Juventude, ainda é preciso ir além e realmente efetuar programas que eliminem os obstáculos que existem para ocupação pelas mulheres de cargos de liderança e chefia, para participarem de pautas importantes tanto para o contexto da realidade feminina quanto para o país como um todo, mas, principalmente, que atenda a diversidade étnica e racial.

Saber que, ao longo dos anos, as pautas feministas vêm ganhando força e conquistando espaço no cenário de discussões econômica e política fortalece a esperança de que há uma busca por mudança, pela reivindicação dos direitos da mulheres, mas principalmente de:

(...) defender seus direitos sexuais e reprodutivos e reivindicar que a crise econômica é também assunto delas, já que desemprego e redução salarial se conjugam no feminino, recaindo especialmente sobre as mulheres negras. (MARCUNDES, 2019)

Sendo assim, fica evidente que, mesmo havendo órgãos que se dedicam a inclusão das mulheres na esfera pública, é necessário novas políticas que realmente alcancem a todas, independente de raça, religião, renda, e incentivem e apoiem para que elas também possam realizar e continuar seus estudos e seus investimentos.

A domesticidade aparece associada à divisão sexual do trabalho e a outras estruturas de poder como o binômio raça/classe. Esta intrincada relação de figurações culturais e instituições sociais atuam para configurar as paisagens, por assim dizer, do espaço público e do espaço privado, com uma pesada carga de proibições e excessos de responsabilidades para as mulheres. Seu tempo, ao lado de suas possibilidades sociais, sua subjetividade e saúde mental, é sumariamente comprometido e capturado.

A mulher conquistou seu acesso à vida pública, elas avançaram no tempo, mas não tanto no espaço. Trata-se de uma luta permanente. Todavia, a lógica opressiva do espaço doméstico, enquanto existir, dificulta sua atuação plena na vida pública. A pauta urgente para efetivar o projeto de sociedade de igualdade de gênero é a ruptura total com a divisão sexual o trabalho, a equalização na distribuição das responsabilidades no espaço doméstico. Essa pauta exige uma mudança de mentalidade, e a mudança de mentalidade acontece de maneira lenta e gradual, exigindo um esforço contínuo do movimento feminista. Somente assim este deixará de atuar como uma corrente a segurar as mulheres, impedindo-as de alçar voo.

## REFERÊNCIAS

- BENTO, Maria Aparecida Silva. A mulher negra no mercado de trabalho. *Estudos Feministas* N2/1995, p.485.
- BIROLI, Flávia. *Gênero e Desigualdades: limites da Democracia no Brasil*. Boitempo Editorial, 2018. Capítulo 1, 2 e 3.
- GLOBAL ENTREPRENEURSHIP MONITOR – GEM. *Empreendedorismo no Brasil – Relatório Executivo (2016)*. Curitiba: IBQP, 2016.
- HIRATA, Helena e KERGOAT, Danièle. Novas configurações da divisão sexual do trabalho. *Cadernos de Pesquisa*, v. 37, n. 132, p. 595-609, set./dez. 2007.
- IBGE. Educa Jovens. *Conheça o Brasil, População: Quantidade de homens e mulheres*. Disponível em: <<https://educa.ibge.gov.br/jovens/conheca-o-brasil/populacao/18320-quantidade-de-homens-e-mulheres.html>>. Acessado no dia 05/12/2019.
- IBGE. Pesquisa Nacional por amostra de domicílio contínua-PNAD. *Mercado de Trabalho Brasileiro*, 08/2019, p.24.
- MACHADO, Lia Zanotta. *Perspectivas em Confronto: Relações de Gênero ou Patriarcado?*. 2000.
- MADALOZZO, Regina. MARTINS, Sergio R. SHIRATORI, Ludmila. Participação no mercado de trabalho e no trabalho doméstico: homens e mulheres têm condições iguais? *Revista Estudos Feministas*. Vol.18 no.2 Florianópolis, 2010.
- MANESCHY, M. C. O emprego doméstico e as relações de Gênero no mundo do trabalho. *Revista Gênero na Amazônia*, v. 03, P.207-218, 2013.
- MARCONDES, Mariana Mazzini. Políticas públicas para e pelas mulheres. *Revista Construção*. 07/2019. Plataforma Digital, disponível em: <<http://revistaconstrucao.org/>>, acessado no dia 04/12/2019.
- OKIN, Susan Moller. Gênero, o público e o privado. *Estudos Feministas*, Florianópolis, 16(2): 440, p. 308, maio-agosto/2008.
- PERISSÉ, Camille. LOSCHI, Marília. Mulher e Trabalho: papéis sociais em questão. Trabalho de “Mulher”, p.19-25. *Retratos a revista do IBGE*, N.17 JUL/AGO 2019.
- PESQUISA Trabalho Remunerado e Trabalho Doméstico – Uma Tensão Permanente*. Agência Patrícia Galvão. Realização: SOS Corpo/Data Popular, 23/01/2013. Disponível em: <<https://agenciapatricia-galvao.org.br/institucional/pesquisas/pesquisa-trabalho-remunerado-e-trabalho-domestico-uma-tensao-permanente/>>. Acesso em 23 de Setembro de 2019.
- SANTOS, Marinês Ribeiro dos. Domesticidade e identidades de gênero na revista Casa & Jardim (anos 1950 e 60). *Cadernos pagu* (36), janeiro-junho de 2011:257-282.
- SOUSA, Luana Passos de. GUEDES, Dyeggo Rocha. A desigual divisão sexual do trabalho: um olhar sobre a última década. *Estudos Avançados* vol.30 no.87, p.02. São Paulo May./Aug. 2016.
- WEBER, Max. *Economia y Sociedad*. México: Fondo de Cultura Económica. 1964.